

Instrução do povo sob a proteção do catolicismo – militância docente e a expansão da escolarização em São Paulo

Ana Regina Pinheiro*

Resumo

Este artigo tem o objetivo de problematizar a participação da militância educacional católica no processo de escolarização, nas primeiras décadas do século XX. Para tanto, coloca em debate o modelo de organização do professorado idealizado pelos fundadores da Liga das Professoras Católicas de São Paulo, em 1919, e a ação de professores e intelectuais católicos na escola pública de formação de professores, prestigiada pelo pioneirismo na implantação de projetos pedagógicos identificados com o modelo de ensino laico. Com base na leitura de atas, estatutos, relatórios, produção de intelectuais, assumidamente católicos, problematiza aspectos sociais e políticos que confluíram para o surgimento e a inserção desta associação no movimento leigo docente e no contexto da ação católica, em São Paulo.

Palavras-chave:

Catolicismo e educação. Associativismo docente. Educação pública.

* Doutora em Educação. Pesquisadora Pós-doc e membro do Grupo de Estudos em História da Educação e Religião (GEHER-FE-USP). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas FE-UNICAMP.

Instruction of the people under the protection of Catholicism - teacher militancy and the schooling expansion in Sao Paulo

Ana Regina Pinheiro

Abstract

The objective of this article is to discuss the participation of the catholic educational militancy in the schooling process, in the first decades of the twentieth century. Therefore, it debates the model of teachers' organization idealized by the founders of the League of Catholic Teachers of São Paulo, in 1919, and the action of teachers and Catholic intellectuals in the public teachers training school, the prestigious by the pioneering implementation of educational projects identified with the model of laic education. Based on the reading of the minutes, bylaws, reports, the production of openly Catholic intellectuals discuss social and political issues that converged to the emergence and insertion of this association in the teaching lay movement and in the context of Catholic action in São Paulo.

Keywords:

Catholicism and education. Teacher associations. Public education.

Ynstrucción del pueblo sobre la protección del catolicismo – militancia de profesores y la expansión de la escolarización en São Paulo

Ana Regina Pinheiro

Resumen

Este artículo discute la participación de la militancia educacional católica en el proceso de escolarización, en las primeras décadas del siglo XX. Para ello, pone en debate el modelo de organización del profesorado, idealizado por los fundadores de la *Liga das Professoras Católicas de São Paulo*, en 1919, y la acción de profesores e intelectuales católicos en la escuela pública de formación de profesores, prestigiada por el pionerismo en la implantación de proyectos pedagógicos identificados con el modelo de enseñanza laica. Con base a la lectura de las actas, estatutos, informes, producción de intelectuales católicos asumidos, examina cuestiones sociales y políticas que confluyeron para el surgimiento y la inserción de esta asociación en el movimiento lego docente y en el contexto de la acción católica en São Paulo.

Palabras clave:

Catolicismo y educación. Asociacionismo docente. Educación pública.

O bispo lembrou a nobreza da profissão e apontou-a como das mais simpáticas vitórias do feminismo: ‘O progresso, lançando a mulher às lutas pela vida, não soube prepará-la completamente. As professoras que, longe da família e dos amigos, “tendo de lutar sozinhas num meio hostil da sociedade indiferente – quando não profundamente má – precisam ter um escudo forte com que mesmo sós, vivam protegidas. E esse escudo não pode ser outro senão a fé, a religião católica e, para que todas não se sintam isoladas, é mister que vivam ligadas às suas colegas por um vínculo mais forte que o da camaradagem escolar. O meio seguro era filiarem-se todas à Liga, que tem como escopo principal, a união da classe, sob as bênçãos de Deus’¹.

O arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, fundou a Liga das Professoras Católicas², em 1919, e delegou a direção eclesiástica dessa associação ao Vigário Geral Monsenhor Emílio Teixeira. Em reunião preparatória, seus fundadores explicitaram o “[...] plano de se organizar uma Associação de Professoras com o fim de trabalhar pela religião no seio da classe e de seu campo de acção” (LIGA..., 1919). Como podemos observar na passagem, em epígrafe, o arcebispo definiu a profissão docente ‘como das mais simpáticas vitórias do feminismo’, todavia considerava as professoras ‘despreparadas’ para as mudanças advindas do progresso. Em sua concepção, ao lançarem-se à vida pública, as jovens se viam desamparadas, em um ambiente impróprio, hostil à natureza feminina, carecendo, assim, da proteção do catolicismo.

Esse discurso, proferido às alunas do curso normal e aspirantes à carreira do magistério, em 1924, embora esteja transcrito em trechos breves é, de um lado, uma significativa demonstração da liderança que a Igreja buscava exercer sobre o processo de escolarização e, de outro, expressão da relevância que a militância docente assumia para os planos

¹ Discurso proferido pelo Arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, dirigido às alunas do curso normal e aspirantes à carreira do magistério, conforme Ata da Assembleia das Alunas das Escolas Normais, sob os auspícios da Liga das Professoras Católicas de São Paulo, no salão nobre da Cúria Metropolitana (LIGA..., 1924a).

² Denominação inicial da Liga do Professorado Católico (alterado em 1929). As razões que levaram à mudança de nomenclatura são problematizadas neste artigo por estarem diretamente relacionadas aos objetivos e às estratégias de ação do associativismo católico.

da ação católica em São Paulo. A crescente laicização da sociedade e a liberdade de religião eram algumas das mudanças que caracterizavam o mundo moderno de então e traziam à Igreja o desafio de expandir e redimensionar os espaços de ação católica nesses primeiros anos pós-República. Período em que essa instituição sedimentou a política de romanização e estadualização, estabelecendo novos parâmetros para a relação entre hierarquia católica, laicato e política regional (MICELI, 1988; SEIDL, 2009).

Sgarbi (2001) sintetiza as facetas desse movimento expansionista, destacando o novo plano de ação católica defendido na Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme³ – quando arcebispo de Olinda – em 1916. Considerada um marco no enfrentamento dos mencionados desafios, a referida Carta revelou o grande plano da Igreja no Brasil: a “[...] estratégia pastoral relacionada à escola e à imprensa” (SGARBI, 2001, p. 29). Segundo o autor, “[...] a proposta do arcebispo não é só trabalhar pela renovação e fortalecimento das estruturas eclesiais, mas dar um passo para fora, ou seja, sair, ir em busca da conquista de novos espaços [...]”, pois, conforme afirmara, a recristianização da pátria seria impossível sem “[...] uma ação ousada que ultrapasse os muros da comunidade eclesial” (SGARBI, 2001, p. 29).

Nesse sentido, a Liga surgiu como uma associação leiga destinada não apenas a reunir e proteger as professoras primárias, sob a tradição e os valores católicos. Tal iniciativa visava a assegurar, em suas ações, o fortalecimento do projeto político da Igreja para a recristianização da sociedade e da relação institucional entre a Igreja e o Estado.

³ Dom Sebastião Leme (1882-1942) foi arcebispo de Olinda e Recife de 1916 a 1921 e, no período seguinte, se dedicou às atividades eclesiais na Arquidiocese do Rio de Janeiro e, em 1930, foi proclamado cardeal por este Estado. Exponente da ação católica no Brasil teve destacada atuação na Confederação Católica, na coordenação das associações leigas na Diocese de São Paulo, no início de seu sacerdócio. Escreveu a Carta Pastoral, em 1916, considerada um marco na reorientação da ação evangelizadora que mobilizou a Igreja à formação de militantes católicos, nas décadas posteriores. Participou ativamente das mudanças advindas com a Revolução de 1930, negociando concessões políticas com o Estado e criando organismos, como a Liga Eleitoral Católica (LEC), em 1933, com o objetivo de agregar e apoiar candidatos comprometidos com a doutrina da Igreja para concorrerem às eleições à Assembleia Nacional Constituinte de 1933. Ver Abreu (2001, p. 3087 a 3091).

Prestes a completar um século de existência⁴, essa Associação transitou por diferentes correntes políticas e pedagógicas e dialogou com órgãos públicos e intelectuais leigos e ordenados. Porém, na discussão proposta por este trabalho, o fato que revela maior complexidade e relevância às atividades da Liga junto ao movimento docente é a experiência de organizar e orientar a ação das professoras e dos intelectuais católicos na escola pública, especialmente a relação com a Diretoria de Instrução Pública e com a escola de formação de professores, cujo prestígio era atribuído ao pioneirismo na implantação de projetos pedagógicos identificados ao modelo de ensino laico. Esse fenômeno nos levou a problematizar sobre o lugar dos educadores católicos na construção da escola pública, no período de laicização do Estado brasileiro. Como foram tecidas as relações desses educadores com a Liga e demais instituições e profissionais, responsáveis pelas reformas educacionais, e como se deu a mediação desses educadores católicos, que tiveram uma longa e marcante atuação tanto na escola pública quanto naquela Diretoria, nos diversos projetos e concepções educacionais laicos? (PINHEIRO, 2013).

São questões mais amplas sobre a militância educacional católica e o processo de escolarização, em São Paulo, cujas respostas vão além das pretensões deste artigo. Por outro lado, consideradas em seu conjunto, servem de bússola para a análise introdutória do problema proposto para a pesquisa, em desenvolvimento, intitulada *Formação de almas e inteligências: a Liga do Professorado Católico e a ação católica no estado de São Paulo*⁵. Dessa forma, buscamos, com este artigo, apresentar resultados parciais com base na leitura de atas, estatutos, relatórios e produção de intelectuais assumidamente católicos, problematizando

⁴ A Liga do Professorado Católico de São Paulo encontra-se em processo de reestruturação, que abrange o redimensionamento do espaço físico para abrigar adequadamente a documentação histórica. Atualmente, a Liga conta com 532 membros, possui sede própria localizada no centro de São Paulo e uma casa na cidade de São Vicente que oferece serviços de colônia de férias aos associados. Faz parte do corpo de entidades que compõem a organização pastoral da Arquidiocese de São Paulo. Além da Liga, essa coordenação pastoral abriga, no conjunto de atividades denominadas ‘Da Educação e Ensino Religioso’, as seguintes entidades: ‘Pastoral da Educação; Ensino Religioso; Associação de Educação Católica (AEC)’ e ‘Campanha da Fraternidade’ (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2012).

⁵ Projeto de pós-doutorado desenvolvido na FE-Unicamp e apoiado pela Fapesp, sob nº 2012/03035-7.

aspectos sociais e políticos que confluíram para o surgimento e a inserção da Liga das Professoras Católicas no movimento leigo docente no contexto da ação católica, em São Paulo.

A Liga das Professoras Católicas de São Paulo e a organização do apostolado leigo no magistério

O primeiro estatuto que regulamentou as atividades da Liga das Professoras Católicas de São Paulo foi aprovado pelo então arcebispo metropolitano, Dom Duarte Leopoldo e Silva, em 25 de janeiro de 1920. Esse documento, que havia sido apresentado em reunião anterior para aproximadamente cinquenta professoras, formalizou a vocação religiosa que dera origem a essa associação e a declarou parte da Confederação Católica da Arquidiocese de São Paulo. Dentre outros aspectos, os estatutos estabeleceram as seguintes condições para a composição do corpo de associadas:

Artigo II

Paragrapho 1º – Podem fazer parte da 'Liga' como associadas todas as professoras ou aspirantes ao professorado, que nella se alistarem, obrigando-se ao cumprimento dos estatutos da 'Liga'.

Paragrapho - 2º Há duas espécies de associadas na 'Liga': associadas effectivas e associadas iniciadas.

Paragrapho 3º – São associadas effectivas as senhoras professoras, e iniciadas as aspirantes ao professorado.

Paragrapho 4º – As obrigações das associadas effectivas e iniciadas para com a 'Liga' são as mesmas.

Paragrapho 5º – Para pertencer a 'Liga', além do que já foi determinado, é preciso:

- a) ser catholica, apostolica, romana;
- b) procurar viver segundo os princípios da religião catholica;
- c) não frequentar meios suspeitos;
- d) trabalhar pela 'Liga';
- e) obrigar-se a cumprir os presentes estatutos (LIGA..., 1920b).

Os parágrafos em destaque delineiam o perfil desejado nesses primeiros anos. Para se tornar associada, a professora deveria: a) ser do sexo feminino; b) se adequar a duas categorias hierárquicas de sócias,

efetivas e iniciadas; e c) ser, obrigatoriamente, praticante da religião católica romana. Além desses requisitos, o estatuto previa, ainda, a criação do cargo de zeladora: associadas cuja missão era recrutar professoras católicas praticantes em todos os grupos escolares e escolas normais do estado. Além disso, deveriam assumir a responsabilidade pela iniciação e pelo acompanhamento das novas sócias.

A Igreja formalizava, assim, um rígido modelo de associativismo docente, dirigido especificamente ao segmento feminino do professorado – que crescia em número e abrangência. Essa proposta correspondia à expansão da escolarização, que reorganizou o ensino primário e normal a partir da primeira década do século XX. Apesar da precariedade dos dados estatísticos escolares do período, para a qual Monarcha (1999) faz importantes ressalvas, números publicados nos anuários de ensino indicam significativo aumento das matrículas gerais no ensino primário. Entre 1890 e 1914, o número de alunos matriculados passou de 14.427 para 157.232 e de uma proporção de 38 para 160 grupos escolares, entre 1898 e 1915.

Criada, inicialmente, com o intuito de atender à crescente expansão do ensino, reunindo a legião de professoras primárias que se formava nesse período, bem como as novas gerações de moças que ingressavam no Curso Normal, a Liga sofreu o impacto das demandas sociais que se acirravam na década de 1920 e dificultavam a continuidade das ações propostas pelas primeiras diretorias dessa Associação. Pesquisa preliminar sobre a biografia das professoras fundadoras indica que parcela significativa dessas moças se formava no magistério mas transferia-se, posteriormente, para áreas de maior prestígio social nas quais as mulheres conquistavam seu espaço, paulatinamente.

Esse é o caso de Margarida de Camargo Barros⁶, que ocupou os cargos de zeladora e de primeira secretária na diretoria da Liga, de 1919 a 1921. Permaneceu por duas gestões e deixou os cargos no ano seguinte. Findado esse período, ainda que tenha mantido o vínculo com essa e outras associações católicas, recusou-se a concorrer quando teve seu nome novamente cogitado para as mesmas funções. Foi substituída, na ocasião, pela professora Carolina Ribeiro.

⁶ Margarida de Camargo Barros formou-se médica em 1927 e defendeu tese sobre a contribuição ao estudo clínico da encefalite epidêmica. Atuou na Clínica Psiquiátrica. Consultar dissertação de Marcia Aparecida de Lima Vieira, *Mulheres na medicina, construindo espaços na São Paulo do início do século XX* (VIEIRA, 2006).

Nascida em 1899, Barros foi professora propedeuta no Ginásio do estado de São Paulo, em 1921 afastando-se, porém, do magistério para estudar medicina, formou-se no ano de 1927. Na pesquisa realizada por Vieira (2006) sobre a inserção da mulher na área da medicina, no início do século XX, é possível perceber as contradições presentes na dinâmica rede que se instaurava na sociedade paulista, à época. Com base no livro *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940*, de Susan K. Besse (1999), a autora afirma que

A própria definição de feminismo é um tema bastante controverso. No Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, havia as que se definiam como ‘feministas católicas’, que pregavam a necessidade de Deus, Pátria, Honra e Família para o movimento. De outro lado, estavam aquelas que, influenciadas por modelos europeus e norte-americanos, consideravam o trabalho assalariado como requisito fundamental para a emancipação feminina. Havia, ainda, as ‘anarquistas e libertárias’, que entendiam o feminismo como manifestação da burguesia e, portanto, irrelevante para a totalidade das mulheres brasileiras. (BESSE, 1999 apud VIEIRA, 2006, p. 26, grifos da autora).

Registre-se a pluralidade de grupos e concepções – incluindo o ‘feminismo católico’ –, presentes na incipiente associação denominada Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Essa característica da associação feminista que levantava as bandeiras dos direitos civis e políticos e a emancipação das mulheres demonstra que esses movimentos são múltiplos e se articulam em complexos traçados. A Liga das Professoras Católicas também cumpria o papel de ser uma das mediadoras desse dinâmico cenário que se abria às mulheres, seja pela capacidade de inserção do ideário católico no âmbito das famílias, das instituições escolares, das associações de classe e dos órgãos públicos, seja pela predominância dos valores católicos na formação de indivíduos que tiveram papel político relevante nos diferentes meios sociais, no período. Não é demais lembrar o legado de, aproximadamente, quatrocentos anos do ensino jesuítico e sua influência na formação da sociedade brasileira. Norbert Elias (1994, p. 22) explica essas relações como parte de uma “[...] rede de funções interdependentes pelas quais as pessoas estão ligadas entre si e tem peso e leis próprios [...]” e que precisam ser examinadas. Discussão que propõe às investigações a perspectiva de um olhar mais atento não apenas às opções que se abriam à atuação feminina, mas,

sobretudo, às ambiguidades presentes em suas escolhas, suas alianças, suas trajetórias e aos variados interesses que mobilizavam os diferentes grupos que se arrogavam seus porta-vozes.

Nesse sentido, o discurso que Dom Duarte Leopoldo e Silva proferiu às alunas do curso normal, exaltando a profissão docente como ‘das mais simpáticas vitórias do feminismo’, ecoava essas mudanças sociais que vislumbravam novas possibilidades às mulheres. Indicava, assim, que as demandas dos diferentes segmentos sociais passavam a ter novo significado para a missão de recristianização da sociedade moderna. Dessa forma, os formuladores da ação católica almejavam ser os organizadores e mediadores das reivindicações dos movimentos sociais, promovendo a participação difusa do apostolado leigo na dinâmica urbana. Segundo Mainwaring (2004, p. 45),

[...] o esforço de desenvolver um catolicismo mais vigoroso e de penetrar nas principais instituições sociais também era relativamente novo. A nova missão da Igreja era cristianizar a sociedade conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico.

Ressalte-se a importância crescente que assumiu o laicato no plano da ação católica. O redimensionamento dos espaços de atuação da Igreja se tornou um fenômeno social relevante para a compreensão da presença marcante que teve o catolicismo nos movimentos de organização de professores, em São Paulo. Inspirou intelectuais, leigos e clérigos, à criação de associações civis, instituições educativas e à implementação de uma política de produção de impressos que, em seu conjunto, funcionava como instrumento de divulgação do ideário católico. Essas associações se proliferaram e intensificaram suas atividades rapidamente, nas décadas de 1920 e 1930, sob a liderança de bispos diocesanos e de membros de congregações católicas, as quais imigraram de seus países de origem para vários estados brasileiros e tiveram como propósito a expansão de sua atuação para fora do continente europeu que havia se tornado hostil às organizações católicas, a partir da segunda metade do século XIX. Para Leonardi e Bittencourt (2010, p. 1),

A imigração de congregações religiosas põe em relação duas instituições – Igreja e Estado – e uma série de organizações nos países de imigração e de

emigração. Trata-se de uma operação que se insere na política do Estado republicano, provavelmente ligada à necessidade de oferta de alguns serviços básicos como: educação e saúde e na política de romanização.

Assim, a circulação do clero e de congregações estrangeiras, bem como a política implementada no processo de sua adaptação no Brasil, contribuíram para a difusão dos valores cristãos no interior de grupos e instituições públicas e privadas e para o surgimento e a promoção de associações leigas. No conjunto das ações planejadas propriamente à formação do professorado católico, estão a Liga das Professoras Católicas de São Paulo, em 1919, e, posteriormente, as Associações dos Professores Católicos (APCs), em 1928, e a Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), em 1933, dentre outras iniciativas.

O Centro Dom Vital, fundado em 1922 por Jackson de Figueiredo, é considerado a mais influente associação leiga católica nas décadas de 1920 e 1930, “[...] cujos objetivos mais importantes consistiam em atrair para a Igreja elementos da intelectualidade do país e formar uma ‘nova geração de intelectuais católicos’” (ABREU et al., 2001, p. 1312, grifo dos autores). Por meio da Revista *A ordem*, editada por Figueiredo até sua morte, em 1928, e mantida por Alceu Amoroso Lima – que o sucedeu na condução desses projetos –, o Centro divulgava e difundia suas diretrizes para a área da educação e formação de uma intelectualidade católica militante nos órgãos do Estado. Intelectuais fundadores e continuadores do trabalho de recristianização desse Centro – o próprio Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Jônatas Serrano – foram referências para as associações de professores que surgiram nas grandes cidades. Muito embora a fundação da Liga das Professoras Católicas de São Paulo tenha sido anterior ao surgimento do Centro Dom Vital, esses intelectuais leigos promoviam conferências sobre teologia e filosofia e faziam diligências para o acompanhamento e a orientação do trabalho desenvolvido pelas professoras católicas nas cidades brasileiras (ABREU et al., 2001). Foram importantes aliados nos momentos de defesa da obrigatoriedade da instrução religiosa nas escolas públicas e na luta pelo reconhecimento da posição privilegiada do catolicismo romano como religião da maioria (ABREU et al., 2001), ainda que tenham visto esses objetivos frustrados ao longo da década de 1920.

Os estatutos da Liga exemplificam a expectativa da Igreja em relação ao papel que os leigos desempenhariam no processo de reconquista

da sociedade moderna e, em especial, a sua representatividade junto ao professorado:

Da Associação e seus fins:

Artigo I

Paragrapho 1º - A ‘Liga das Professoras Catholicas de São Paulo’ é uma associação constituída de professoras e aspirantes ao professorado, que tem por fim tratar dos interesses da própria classe, proteger e defender quando for necessário, propagar a religião entre as professoras e aspirantes ao magistério e intensificar a acção católica entre os seus membros.

Paragrapho 2º - A ‘Liga’ patrocinará a causa do professorado no limite da justiça e empregará seus esforços para que o professado não seja oprimido.

Paragrapho 3º - Em casos necessários interporá a ‘Liga’ a sua acção perante o governo, protestando por meio de representações [...] (LIGA..., 1920b, p. 3).

Esses militantes formavam uma importante rede assistencial e de valorização profissional que organizou a ação dos leigos católicos em torno dos “[...] interesses indispensáveis da Igreja: a influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo” (MAINWARING, 2004, p. 43). Ações que estão presentes nas mais variadas esferas sociais, demonstrando a plasticidade desse movimento, ganham relevância para as investigações que estudam a expansão e a capacidade de inserção social da ação católica nos primeiros anos pós-República.

Difundindo práticas católicas nos espaços onde as ideias laicas ameaçavam a tradição

Conforme salientado anteriormente, o modelo de associativismo dirigido a um público exclusivamente feminino e as novas oportunidades de trabalho até então fechadas à atuação feminina, dentre outros fatores, resultavam em dificuldades que foram sentidas desde os primeiros anos de fundação da Liga. Os seguintes fenômenos foram motivos de queixas das sucessivas diretorias: a baixa participação das novas associadas nos projetos da instituição; a evasão constante que, muitas vezes, superava em número as novas adesões, e o esvaziamento das reuniões e assembleias gerais previstas. Seguiram-se anos de muita instabilidade, sendo que, na prática, mesmo em fases em que o número de associadas esteve em

posição ascendente, a participação assídua continuava a se limitar às professoras que formavam a diretoria e às poucas zeladoras. Conforme relatos registrados em Ata, essas reclamações eram dirigidas às novas associadas que compareciam, muitas vezes, apenas à primeira reunião e não se sentiam atraídas pelo trabalho cotidiano da associação. A resolução que interditava o acesso da parte masculina do professorado à Liga foi, ainda, um importante complicador à incorporação de antigas demandas da classe docente que já se encontrava organizada como categoria profissional desde o início do século XX, em São Paulo.

Outro exemplo dos desafios enfrentados nos primeiros anos de funcionamento da Liga pode ser observado na situação colocada em discussão pela zeladora Noemi Peres, durante reunião ocorrida em outubro de 1920. Após comunicar a entrada de dez alunas da Escola Normal do Braz no corpo de associadas, a zeladora declarou que era limitadíssimo o número de ‘católicas práticas’ entre elas. Considerando insustentável tal situação, Monsenhor Emilio Teixeira, diretor eclesiástico da Liga, reconheceu que “[...] também poderiam ser recebidas na associação, professoras cathólicas não praticantes atendendo-se ao bem que lhes pode trazer os bons exemplos que nela encontrarão” (LIGA..., 1920a, p. 1).

As dificuldades em arremeter professoras católicas praticantes frustravam as expectativas de organizar um apostolado leigo alinhado à doutrina da Igreja e pressionaram a flexibilização das normas de acesso à Liga. Na mesma ordem de importância, outra medida foi adotada para adequar as associadas e as atividades cotidianas dessa associação às necessidades de catequização:

Com o fim de multiplicar as aulas de catecismo, de acordo com a Presidente da Liga, vão ser utilizadas as salas das Escolas Populares⁷ para nelas funcionarem as referidas aulas, cabendo às senhoras zeladoras obterem as necessárias catequistas (LIGA..., 1920a, p. 1).

Identifica-se, nesses dois casos específicos, a forma como essa associação de professoras enfrentava as dificuldades em realizar a política

⁷ As escolas populares foram fundadas e administradas pela Igreja, desde a década de 1910, e eram construídas nas proximidades das fábricas ou em bairros afastados. No ano de 1924, vinte e cinco escolas estavam em funcionamento, com 2555 alunos, conforme relatório da diretoria da Associação das Escolas Populares (ASSOCIAÇÃO..., 1924).

de difusão da doutrina da Igreja. A solução foi abrir novas frentes de intervenção e instituir e legitimar as práticas católicas nas escolas e nos espaços públicos onde as ideias laicas ameaçavam a tradição. Medidas que visavam à intensificação de seus rituais, especialmente na escola pública de formação de professores e nos grupos escolares. Assim, dentre as obrigações de uma professora católica praticante, determinava-se:

Disposições gerais:

- 1º) Deverão as associadas, da ‘Liga’ serem úteis ao ensino do catecismo, nas matrizes, igrejas ou centros, quer parochiaes, quer particulares;
- 2º) Quando, por motivos justos, alguma associada não possa se ocupar no ensino da doutrina christan, procurará contudo, e por todos os meios, encaminhar as crianças para os centros de catecismo; [...]
- 4º) Todas as associadas da ‘Liga’ deverão comungar ao menos 4 vezes no anno, sendo determinados os seguintes dias para este fim: 2º domingo de fevereiro, maio, agosto e novembro; [...]
- 6º) A directoria da ‘Liga’ deverá comparecer às reuniões da Confederação Catholica nos 3ºs. domingos de cada mez (LIGA..., 1920b, p. 14-15).

Essas medidas se desdobraram, então, na instituição de um programa de formação religiosa, que enfatizava a necessidade e o valor da comunhão frequente para a profissão de fé das professoras católicas praticantes. Além disso, suas associadas deveriam se responsabilizar pelo ensino de catecismo nas escolas em que trabalhavam, fossem elas públicas ou confessionais e, como o objetivo era multiplicar essas aulas, exigia-se que dispusessem de tempo livre para ministrá-las também nas escolas populares.

A Diretoria de Instrução Pública foi um importante aliado no empreendimento que visava à ampliação e difusão desse projeto, ora mobilizando diretores de escolas do interior para divulgarem as atividades da Liga em sua região, ora fornecendo a lista das escolas em funcionamento com o intuito de facilitar a distribuição dessas instituições entre as zeladoras. Além de integrar novas associadas à Liga, essas professoras que, em sua maioria, vinham das escolas públicas, tinham a incumbência de ‘recrutar’ professoras que atendessem aos requisitos mencionados e demonstrassem as qualidades necessárias não apenas ao engajamento na militância docente, como também para serem as catequistas que o projeto demandava.

O perfil das associadas inicialmente delineado, que, de certa forma, não condizia com as necessidades de inserção social da Liga, foi um dos motivadores à reestruturação da associação, na década de 1920, e resultou na revisão dos estatutos em duas oportunidades, em 1924 e 1929. A primeira alteração foi fruto do estudo de uma comissão formada pelas zeladoras Noemi Perez, Angela Dente e Maria Antonieta de Castro. Iniciada em 1922, essa reformulação foi concluída somente em 1924 quando a Professora Carolina Ribeiro foi incumbida de sua redação e encaminhamento final. Os novos estatutos resultaram muito mais amplos que os primeiros e especificavam a vocação católica da Liga em 51 artigos distribuídos em 19 páginas e nove capítulos, que instituíram as seguintes comissões de trabalho: comissão de aulas, de biblioteca, de finanças, de propaganda, de estatutos e secretariado (LIGA..., 1924b).

Documentos examinados, como o relatório da diretoria (1927-1930), e históricos escritos pelas associadas dão conta de que, mesmo impedidos pelos estatutos, professores do sexo masculino começaram a se filiar gradativamente à Liga nesse período, conforme a explicação a seguir: “[...] surgiu, entretanto, um obstáculo oposto pelos professores que a ella se queriam filiar, decorrente do nome da Associação, que até essa data se mantinha sob o título de Liga das Professoras Católicas” (LIGA..., 1927-1930, p. 4). O terceiro estatuto, publicado em 1929, oficializou o acesso desses novos sócios e a mudança da nomenclatura para ‘Liga do Professorado Católico de São Paulo’ – denominação mantida até a atualidade (LIGA..., 1929). Ressalte-se que, muito embora essa medida tenha regularizado a inclusão dos novos sócios do sexo masculino, manteve-se o impedimento à entrada de sócios não católicos sob a justificativa de estar seguindo orientação da Santa Sé. Além disso, a composição das chapas que disputavam a diretoria da entidade se manteve exclusivamente feminina até a década de 1990.

O lugar da militância católica no associativismo docente

Se os primeiros estatutos e relatórios de atividades da Liga demonstram as dificuldades e contradições presentes na proposta de organização da militância católica, o discurso proferido pela professora Carolina Ribeiro, em 1921, em sessão extraordinária realizada no salão nobre da Cúria Metropolitana, indicava que essa nova entidade contava com o apoio de líderes e porta-vozes do magistério paulista. Nessa reunião, organizada para discutir providências que a Liga deveria tomar em face de uma medida que previa a transferência compulsória das

professoras para outras cidades, conforme as necessidades da Diretoria de Instrução Pública, Ribeiro denunciou a legislação que considerava desfavorável aos interesses do professorado:

Nós que, com trabalho e sacrifício preparamos a geração nova, os cidadãos de amanhã, saberemos preparar também uma classe nova no professorado, coeso, unido e forte, uma classe cheia de energia e capaz de defender os seus direitos, mesmo porque se o não fizermos, as que vierem depois terão o direito de maldizer-nos porque não soubemos conservar o pouco que adquirimos, com esforço e trabalho, o direito que Cesario Mota nos dera (LIGA..., 1921a, p. 2).

Nesse fragmento do discurso proferido para ‘noventa professoras públicas’, Carolina Ribeiro buscava evocar o professorado e atribuir sentido ao projeto de “[...] trabalhar pela religião no seio da classe e de seu campo de acção [...]” (LIGA..., 1919), defendido pelos fundadores da Liga. Merece destaque, ainda, a ideia de ‘preparar uma nova classe no professorado’ com trabalho e sacrifício, pelo alinhamento que expressa com os objetivos da Liga e pela demonstração da força do ideário católico na simbologia e tradição do magistério paulista.

A Liga foi herdeira de uma militância que se organizou no período em que as escolas públicas primárias e de formação de professores se tornaram centrais à política republicana. Difundiram uma determinada memória do modelo escolar paulista, cuja tradição foi cultivada e relembada em anos posteriores como uma iniciativa modernizadora e pioneira dos métodos de ensino e das práticas pedagógicas, que deveriam funcionar em espaços próprios à atividade escolar. Constituíram uma cultura específica cujas características, segundo Viñao Frago (2003, p. 59, tradução nossa), “[...] seriam a continuidade e persistência no tempo, sua institucionalização e uma relativa autonomia que lhe permite gerar produtos específicos como as disciplinas escolares [...]” cristalizada nas práticas e na memória de sucessivas gerações. Sobre esse período, Monarcha (1999, p. 240) afirma que

Anualmente, um grande contingente de normalistas ingressa no magistério primário. Inquieta com a possibilidade de perder-se a tradição, a pequena elite à frente da hierarquia da Diretoria Geral da Instrução Pública e da cultura normalista procura imprimir continuidade entre o presente e um passado recente e digno de memória.

As múltiplas determinações políticas, culturais e educacionais que confluíram para a historicidade da militância docente são fenômenos que tanto mobilizam quanto são mobilizados por uma memória quase herdada, que pode estar fora do tempo cronológico vivido. Pollak (1992, p. 4) assinala que o tempo cronológico: “[...] constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo”.

Um dos ‘objetos da memória’⁸ que simbolizam as reformas desse período, o edifício da Escola Normal construído na Praça da República, foi cuidadosamente planejado na Reforma de 1890 e inaugurado em 1894, após a morte de Antonio Caetano de Campos, diretor da Escola Normal à época e executor da Reforma. Embora a Reforma de 1890 tenha sido atribuída a Caetano de Campos, segundo Warde e Gonçalves (2002, p. 107),

[...] foi Rangel Pestana o orientador do Governo do estado para converter a formação do mestre em pedra angular da instrução pública, ponto de partida e centro irradiador da formação de uma nova mentalidade no que tange à educação do povo.

Esse projeto expressava os preceitos civilizatórios apropriados para esse período, em seus detalhes arquitetônicos. “O simbolismo presente na arquitetura dos grupos escolares constitui uma força ordenadora do social e fator de condicionamento da estrutura psicológica do indivíduo [...]” (MONARCHA, 1999, p. 230) que pode derivar em processos educativos não previstos pelos idealizadores das reformas. De suas linhas e formas higienizadoras ao processo de ensino baseado na observação, nada podia escapar ao controle dos grandes mestres que, ao se inserirem no projeto escolar paulista, eram, também, portadores da tarefa modernizadora e parte fundamental da reforma que priorizaria a utilização de material didático importado e a contratação de mestres formados no exterior. Seguindo prescrições do período, para um ensino de qualidade,

⁸ Segundo interpretação de Gomes (1996, p. 7, grifo da autora) sobre os sentidos construídos pela memória de Alzira Vargas, no artigo ‘A guardiã da memória’, esses objetos “[...] são eminentemente bens simbólicos que contém a trajetória e a afetividade do grupo. Sejam documentos, fotos, filmes, móveis, pertences pessoais etc., tudo tem em comum o fato de dar sentido pleno, de ‘fazer viver’ em termos profundos o próprio grupo”.

[...] os edifícios deveriam ser amplos e iluminados, abrigando uma profusão inédita de novos materiais escolares, produtos industriais que condensavam os modernos usos pedagógicos de povos mais civilizados, propondo-se prescritivamente como suportes de rotinas inéditas nas salas de aula (CARVALHO, 1994, p. 55).

Nesse sentido, o ‘primado da visibilidade’, do ‘dar a ver’ era estratégia indispensável para que as novas práticas e o esforço de padronização de hábitos e costumes, empreendidos pelos setores modernizadores, fossem incorporados socialmente via dinâmica escolar. “É uma pedagogia que se estrutura sob o primado da visibilidade, contrapondo-se ao modelo pedagógico até então dominante” (CARVALHO, 1994, p. 57). Para viabilizar a ação pedagógica modernizadora, o Decreto nº 27, de 12/03/1890 transformou as escolas anexas, como a Escola Primária e, posteriormente, em 1896, o Jardim da Infância, em escolas-laboratório para a formação de professores, onde as normalistas seriam formadas, observando a prática de ensino de professores experientes (SÃO PAULO, 1890).

Catani (2003) problematiza a memória que se instaurou nessa fase analisando, em diferentes fontes, uma das primeiras iniciativas de mobilização do professorado. Professores contemporâneos das Reformas da década de 1890 fundaram a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918), que funcionou por duas décadas, e publicaram, ainda, a Revista de Ensino (1902-1919). Essa iniciativa estava imbuída da tarefa de investir “[...] no trabalho de delimitação e organização do espaço destinado ao debate de questões relativas ao ensino [...]” e tinha por finalidade “[...] não só proporcionar benefícios a cada um de seus membros, mas, também, promover a elevação moral e intelectual do professorado público do Estado, com a adoção de todas as medidas tendentes a melhorar as condições da classe [...]”, segundo seus estatutos de 1901 (CATANI, 2003, p. 42). A autora assinala, ainda, que há indícios – embora esparsos – da existência de entidades docentes mais antigas que a Associação Beneficente, tanto no estado quanto em outras cidades brasileiras⁹.

⁹ Catani (2003) assinala a existência de um Grêmio dos Professores Primários, em Pernambuco, desde 1879. Ver o artigo ‘A organização do Campo Educacional: as Conferências de Educação’ de Cunha (1981).

Seus fundadores atuavam nas principais escolas públicas e galgaram cargos-chave na instrução pública. Dentre os mais proeminentes nomes da Associação, estão os membros da primeira diretoria, Fernando Martins Bonilha Junior, presidente, Joaquim Luiz de Brito, tesoureiro, e Gabriel Ortiz, primeiro secretário. Arthur Breves, João Lourenço Rodrigues, Carlos Escobar e Oscar Thompson entraram após a assinatura dos estatutos, mas foram nomes que estiveram à frente dos trabalhos da Associação e de sua Revista. Sujeitos que protagonizaram situações ambíguas de confronto e conciliação com o poder público centralizador e criaram estratégias peculiares, como a publicação da mencionada Revista e projetos nos quais promoviam os ideais educacionais paulistas. Assim, no estudo que realizou sobre a Revista de Ensino, que considera representativa de todas as fases da Associação, Catani (1995, p. 8, grifo da autora) afirma que

As informações acerca do grupo de integrantes da Associação faz ressaltar sua origem comum – a Escola Normal – enquanto que o ideal que os congregava era o de poder recuperar para a instrução paulista as luzes do ‘período áureo’. Concebiam-se como herdeiros de uma tradição que, sem ser antiga, estava, no início do século, ameaçada. A excelência do sistema educacional paulista era, então, o móvel da luta a ser empreendida. Essa luta se fazia ora contra os legisladores, ora contra o próprio Estado, mas, nesse último caso, de modo ambíguo, num discurso que preservava o tom conciliatório dos funcionários para com o empregador.

Podemos destacar três dimensões importantes, nessa passagem, para a compreensão dos elos existentes entre a militância da Liga das Professoras Católicas e o grupo da antiga Associação, fundada em 1902. A origem comum na Escola Normal; a ambiguidade que esses professores expressavam nas polarizações com o Estado, em função da luta pela profissionalização docente e defesa do ensino; e a herança da tradição escolar paulista. Denominados ‘precursores’ e ‘inovadores’, Antonio Caetano de Campos, Gabriel Prestes, Cesário Mota e Oscar Thompson eram constantemente evocados nas décadas de 1920 e 1930 pelos professores militantes da Liga, como exemplos a serem seguidos. A manifestação da professora Carolina Ribeiro – salientada anteriormente, atribuindo a Cesário Mota os direitos pelos quais ‘uma classe nova’ que nascia sob a proteção do catolicismo deveria lutar – reforça a hipótese de

que a Igreja procedia à organização de uma militância, para a qual a tradição católica e a mobilização em defesa da educação paulista eram elementos integradores.

‘Novos bandeirantes’ a regular a atividade garantidora do progresso

Coerente com a política mais ampla da Igreja para a organização do laicato, a Liga das Professoras Católicas de São Paulo congregou, em seus quadros, alguns poucos sócios-fundadores que gozavam do status de colaboradores, dentre os quais estão os professores João Lourenço Rodrigues (1869-1954) e Carolina Ribeiro (1892-1982). Em suas trajetórias no ensino, esses educadores construíram uma rede de relações que era legitimada, sobretudo, por sua filiação ao catolicismo e sua origem paulista e tiveram um longo percurso profissional tanto em órgãos públicos quanto na militância na Liga e, no caso de Rodrigues, na Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918).

Carolina Ribeiro nasceu em Tatuí, cidade do interior de São Paulo, e diplomou-se professora primária em Itapetininga, em 1907. “O orgulho de ser normalista perpassou a infância e a adolescência de Carolina Ribeiro e sua família, a exemplo do percurso almejado por muitas jovens à época¹⁰” (PINHEIRO, 2011, p. 138). No ano seguinte, aos 16 anos de idade, iniciou sua carreira como substituta efetiva da Escola Modelo, anexa à Escola Normal na mesma cidade. Católica praticante, profundamente imbuída da missão de formar almas e inteligências, essa professora inicia nova etapa em sua experiência profissional na década de 1920, assumindo a cadeira de português na Escola Normal do Brás e, posteriormente, de 1923 a 1931, a carreira de diretora, organizando o Grupo Escolar católico ‘São José’ e, no Grupo Escolar Erasmo Braga (o segundo grupo escolar da Consolação), em 1932. Rapidamente se tornou militante das causas paulistas e participou ativamente não apenas das associações de classe, como também de momentos políticos decisivos. Nesse sentido, coordenou a participação da Liga na Revolução Constitucionalista de 1932 e organizou o atendimento médico aos combatentes. Esse percurso profissional culminou

¹⁰ Sobre o significado social que o ingresso no curso normal representava para as moças e suas famílias no Brasil, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, há uma diversidade de publicações ficcionais e de estilo memorialístico. Ver Dupre (1973) e Morley (1998).

em sua nomeação, em 1935, para a direção da escola primária anexa ao Instituto de Educação – nova denominação da Escola Normal da Praça da República, à época – e auxiliar Fernando de Azevedo, então diretor do Instituto. Foi, ainda, a primeira mulher a assumir a Secretaria da Educação, em São Paulo, na década de 1950.

João Lourenço Rodrigues é outro caso emblemático. Foi Inspetor da Instrução Pública entre 1907 e 1909 e responsável pela publicação do primeiro anuário de ensino do estado, nesse cargo. Ficou conhecido, também, como porta-voz da memória dos tempos áureos da educação paulista, que cultivou e difundiu nos cargos que exerceu no âmbito do estado, na Escola Normal Caetano de Campos e na Liga das Professoras Católicas, principalmente por ter estudado na única turma que Caetano de Campos formou, em 1890. A publicação de seu livro, *Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo*, em 1930, contribuiu para a cristalização dessa memória da educação, sendo uma das produções desses educadores que compõem a complexa teia do movimento docente em São Paulo.

Nessa obra, na qual faz um retrospecto do ensino público paulista, Rodrigues atribui à dedicação dos normalistas, grupo do qual fazia parte, o ‘primeiro surto de entusiasmo’ no processo de organização da instrução popular, ocorrido no início do século XX, em São Paulo. Atendendo ao chamado do seu grande mestre Antonio Caetano de Campos, constrói uma imagem mítica, digna dos redentores:

E elles foram.

E elles souberam honrar a confiança do seu Mestre. Partiram sosinhos, porque não havia ainda, então, os voluntários da nobre cruzada, que só mais tarde foram apparecendo.

Pelejaram sem competidores, quando não havia postos de evidência a conquistar.

E o seu entusiasmo operou milagres!

Relegada até então num plano secundário e obscuro, a classe do professorado público d'elle emergiu em plena claridade, numa como transfiguração.

De suas fileiras sahiram os Directores das Escolas-Modelo, dos Grupos Escolares, das Escolas Normaes e dos Gymnasios; dellasahiram Inspectores Districtaes, membros do Conselho Superior, Directores Geraes da Instrucção Publica e até representantes do povo no Congresso. A fama da sua capacidade

transpôz as lindes do Estado e de outras unidades da Federação foram solicitados os seus serviços.

E eles foram ainda – novos bandeirantes – levar à juventude de outros Estados os grandes benefícios do ensino reformador (RODRIGUES, 1930, p. 424).

Os sócios-fundadores, especialmente Carolina Ribeiro e João Lourenço Rodrigues, que se sentiam herdeiros dos ‘novos bandeirantes’ daquele período áureo, articularam a participação de professores, intelectuais e políticos de formação católica, laicos e ordenados, nas atividades promovidas pela Liga. Compunham essa rede de contatos, oradores de diferentes ordens religiosas que colaboravam, realizando orientações pedagógicas, palestras e conferências voltadas para o desenvolvimento espiritual e intelectual das associadas. Essas atividades tinham o intuito de atualizar as professoras não somente na doutrina católica como, também, no âmbito da legislação educacional e das mais recentes teorias educacionais. Dois dos nomes mais presentes nos primeiros anos de atuação da Liga foram: Monsenhor Manfredo Leite, político, diretor do Colégio N.^a Sr.^a do Carmo, diretor-comissário da Ordem Terceira do Carmo, à época; P. T. Levignani, membro da Companhia de Jesus.

Advogados e juristas que mantinham proximidade com o catolicismo, tais como: Vicente Melilo; Papaterra Limongi; Francisco Morato, que se tornou consultor jurídico da Liga; e Carlos de Moraes Andrade, que seria ordenado padre vicentino em 1966, aos 80 anos, também promoveram uma série de palestras fundamentadas nos valores cristãos, na legislação e na jurisprudência e nos direitos de ensino. Esses oradores abordavam desde temas que se tornaram universais à religião católica, tais como: o nacionalismo católico; a instrução do povo sobre a proteção do catolicismo; o catolicismo como a verdadeira religião; os perigos do protestantismo e da maçonaria, até discussões pontuais e de interesse específico à atuação docente como, por exemplo, a obrigatoriedade, gratuidade e laicidade do ensino primário. Eram profissionais que ocupavam cargos de projeção no Estado e em suas congregações, autoridades reconhecidas social e profissionalmente, eram convidados a opinar nas decisões das professoras. Percebe-se que atuavam como conselheiros autorizados pelos membros da Igreja para contribuir nos momentos decisivos.

Esses nomes passavam pela aprovação do arcebispo, que presidia a maior parte das reuniões na década de 1920 e cuja participação atribuía um sentido solene e se transformava em ocasião propícia à introdução dos rituais e sacramentos católicos. Assim, benzer algum objeto significativo para as professoras-associadas, como o distintivo da Liga, celebrar missas e cerimônias em homenagem à padroeira, Santa Thereza D'Ávila, e ao Padre José de Anchieta, considerado pelos membros da Liga o primeiro educador do Brasil, foram rituais incorporados à rotina desses encontros e expressavam um modo de conceber a educação e o movimento docente.

As associadas eram acompanhadas, ainda, pelo vigário geral da Cúria Metropolitana, presidente da Liga e responsável por sua orientação espiritual. Em uma demonstração do anseio da Igreja por um controle mais rigoroso das atividades desenvolvidas nas escolas públicas, o vigário geral solicitava, frequentemente, em suas orientações, que as zeladoras organizassem uma lista dos grupos escolares “[...] para ver se temos em nossa ‘Liga’ professoras de todos elles e que se vejam os trabalhos que as professoras tem feito em cada Grupo escolar, o que deve ser mencionado em reunião” (LIGA..., 1920a, p. 1). Conforme salientado anteriormente, tais listas eram adquiridas por intermédio da própria Diretoria de Instrução Pública.

Essas ações, que intensificavam o programa de formação religiosa das associadas, elegiam o catolicismo como alternativa para que o professorado fizesse frente às mudanças e demandas advindas de uma sociedade secularizada. Nesse sentido, colocava na ordem do dia o enfrentamento à dinâmica da vida urbana, que entendiam como corrosiva à família e à boa educação. Assim, mais do que uma recusa a aceitar as regras impostas segundo parâmetros da modernidade, no centro das ações voltadas para a organização do professorado católico está implícita a disputa em torno da liderança desses processos sociais. Conforme afirmou o Vigário geral Monsenhor Emílio Teixeira, sob as bênçãos do arcebispo, “[...] a Liga não estacionará e antes se entregará a regular a atividade garantidora do progresso”¹¹ (LIGA..., 1921b, p. 2).

¹¹ Trecho final do discurso do Mons. Emilio Teixeira, em uma reunião solene, da festa comemorativa da padroeira da Liga, que contou com a participação do arcebispo metropolitano, Dom Duarte Leopoldo e Silva, do Frei Luiz de Sant'anna (orador convidado para a ocasião), de João Lourenço Rodrigues e de Lellis Vieira, advogado, além das professoras-associadas (LIGA..., 1921b).

Fontes

ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS POPULARES. Relatório da Diretoria, 1924.

LIGA DO PROFESSORADO CATÓLICO DE SÃO PAULO. Ata da reunião preparatória, 09 nov. 1919.

LIGA DO PROFESSORADO CATÓLICO DE SÃO PAULO. Ata da reunião das zeladoras, 03 out. 1920a.

LIGA DO PROFESSORADO CATÓLICO DE SÃO PAULO. Estatutos. São Paulo: Casa Mayença, 1920b.

LIGA DO PROFESSORADO CATÓLICO DE SÃO PAULO. Ata da sessão extraordinária, 13 maio 1921a.

LIGA DO PROFESSORADO CATÓLICO DE SÃO PAULO. Ata da assembleia festiva, em homenagem a Santa Theresa de Jesus, 16 out. 1921b.

LIGA DO PROFESSORADO CATÓLICO DE SÃO PAULO. Ata da Assembleia das alunas das escolas normais, dez. 1924a.

LIGA DO PROFESSORADO CATÓLICO DE SÃO PAULO. Estatutos. São Paulo: Typographia Niccolini & Pires, 1924b.

LIGA DO PROFESSORADO CATÓLICO DE SÃO PAULO. Relatório da Diretoria, 1926-1927.

LIGA DO PROFESSORADO CATÓLICO DE SÃO PAULO. Relatório da Diretoria, 1927-1930.

LIGA DO PROFESSORADO CATÓLICO DE SÃO PAULO. Estatutos. São Paulo: Typographia São Lazaro, 1929.

Referências

ABREU, A. A. et al. (Coord.). *Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro, pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Organização Pastoral*. Disponível em: <<http://www.arquidiocesedesaopaulo.org.br/?q=node/620>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

BESSE, S. K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999.

CARVALHO, M. M. C. Uso do impresso nas estratégias católicas de conformação do campo doutrinário da pedagogia (1931-1935). *Cadernos ANPED*, Belo Horizonte, n. 7, p. 41-60, dez. 1994.

CATANI, D. B. O movimento dos professores e a organização do campo educacional em São Paulo (1890-1919). *Revista da Ande (Associação Nacional de Educação)*, São Paulo, v. 21, p. 5-10, out. 1995.

CATANI, D. B. *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CUNHA, L. A. A organização do Campo Educacional: as Conferências de Educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, ano III, n. 9, p. 5-48, maio 1981.

DUPRE, M. J. *Éramos seis*. São Paulo: Atica, 1973.

ELIAS, N. *A sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GOMES, A. C. A guardiã da memória. *Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1-2, p. 17-30, jan./dez., 1996. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/produção_intelectual/htm/tp_download.htm>. Acesso em: 30 ago. 2013.

LEONARDI, P.; BITTENCOURT, A. B. Congregações e ordens no Brasil: princípio da construção de um mapa. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ORDENS E CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS EM PORTUGAL, Memória, Presença, Diásporas, 2010, Lisboa. *Anais...* Lisboa: Associação Portuguesa para o estudo das religiões, 2010. p. 1-11.

MAINWARING, S. *Igreja Católica e política no Brasil – 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MICELI, S. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MONARCHA, C. *A Escola Normal da Praça: o lado noturno das Luzes*. Campinas: Unicamp, 1999.

MORLEY, H. *Minha vida de menina*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. (Pseudônimo de Alice Dayrell Caldeira Brant).

PINHEIRO, A. R. Memória herdada. A educadora Carolina Ribeiro e o vanguardeiro ensino paulista. *Revista Colombiana de Educación*, Bogotá, v. 31, p. 133-151, 2011.

PINHEIRO, A. R. Formação de almas e inteligências: educadores católicos e a escola de formação de professores. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Maringá, v. V, Edição especial, p. 309-320, jan. 2013. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdfespecial_2013/18.pdf. Acesso em: 28 ago. 2013.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

RODRIGUES, J. L. *Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Instituto D. Anna Rosa, 1930

SÃO PAULO. Secretaria Geral Parlamentar. *Decreto nº 27, de 12 de março de 1890*. Departamento de Documentação e Informação. Reforma a Escola Normal e converte em Escolas Modelos as Escolas anexas. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=137755>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

SEIDL, E. Caminhos que levam a Roma: recursos culturais e redefinições da excelência religiosa. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 263-290, jan./jun. 2009.

SGARBI, A. D. *Bibliotecas Pedagógicas Católicas: estratégias para construir uma civilização cristã e conformar o campo pedagógico através do impresso (1929-1938)*. 2001. 374f. Tese (Doutorado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

VIEIRA, M. A. L. *Mulheres na medicina, construindo espaços na São Paulo do início do século XX*. 2006. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Mestrado em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba, 2006.

VIÑAO FRAGO, A. *Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y cambios*. Madri: Morata, 2003.

WARDE, M. J.; GONÇALVES, G. N. Antonio Caetano de Campos. In: FAVERO, M. L. A.; BRITO, J. M. (Org.). *Dicionário de educadores do Brasil: da colônia aos dias atuais*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; INEP; Comped, 2002. p. 104-113.

Endereço para correspondência:

Ana Regina Pinheiro
Rua República Dominicana, 544
Jd. Nova Europa
CEP 13040-107
Campinas – SP
E-mail: aregin@uol.com.br

Submetido em: 05/11/2013

Aprovado em: 07/09/2014

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.